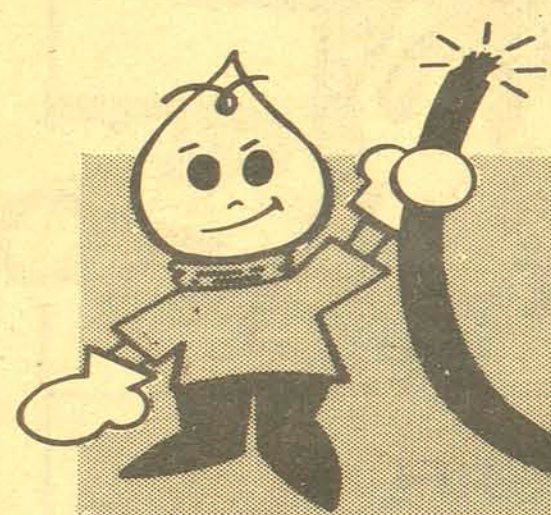




Linha Viva

Lula ou Collor? Chegou a hora da gente definir o futuro do Brasil

Domingo, dia 17, é dia de definir o futuro do país. Não se trata de uma frase de efeito ou de um exagero de qualquer natureza. Ao escolher o futuro presidente da República a população brasileira estará definindo não apenas o nome do Presidente, mas o modelo de desenvolvimento que o país adotará no próximo período.

Lula e Collor representam programas, projetos e trajetórias absolutamente distintas. Lula representa uma camada social e um espectro político que sempre foi marginalizado dos processos decisórios no país. Collor representa interesses de grupos que, de alguma for-

Bancários votam em Lula

O Sindicato dos Bancários de Fpolis realizou uma prévia ao segundo turno das eleições presidenciais na sua base, em quatro municípios da Grande Fpolis. O resultado indica que Lula tem a preferência da esmagadora maioria dos bancários: Lula recebeu 82,2% dos votos, contra 10,4% de Collor, 2,2% de brancos e 5% de nulos. Votaram 3.441 bancários.

A apuração aconteceu na sexta-feira (08/12), com a presença do Secretário Estadual do Trabalho, Miguel Ximenes. Os partidos dos candidatos foram convocados para fiscalizar todo o processo.

ma, têm compartilhado do poder central e de diversas regiões.

Mas as diferenças não param por aí. Os projetos dos candidatos são antagônicos. Collor prega o neo-liberalismo, que se baseia na privatização das estatais e no incremento da livre iniciativa; conforme este projeto, as verbas para aplicação no setor social devem vir do corte de gastos públicos (combate a corrupção, "enxugamento" da máquina administrativa, etc...). O projeto democrático-popular de Lula tem como alicerces a redistri-

buição de renda e terra e o desenvolvimento econômico a partir de um fundo formado em consequência da suspensão do pagamento da dívida externa.

Por isso, dizer que dia 17 vamos definir o futuro não é exagero. Portanto, não se pode votar orientado por qualquer razão que não seja a opção consciente a um destes projetos.

A eleição presidencial marca a última etapa de um processo de transição que, desde o seu início, foi controlado pelas classe domi-

nantes. No final da transição (que em muitos momentos foi apenas uma transação), o movimento popular consegue apresentar uma alternativa própria, depois de sucessivas derrotas, inclusive na Constituinte. As classes dominantes podem perder o embate principal da transição, e assim o processo democrático brasileiro estará tomando um rumo que até pouco tempo era considerado improvável.

Dia 17 o povo brasileiro estará realizando o sonho de definir os próprios rumos. Se algum erro for cometido agora só daqui a cinco anos pára reparar!



ELETROSUL tem uma proposta para os empregados contratados

Na pauta de reivindicações 89/90 dos empregados da ELETROSUL, a cláusula 6ª pretendia resolver definitivamente a questão dos contratados da Empresa. A mão-de-obra locada seria efetivada e os já efetivados teriam todos os seus direitos reconhecidos, "inclusive para o pagamento de benefícios, vantagens e adicionais".

Só que a ELETROSUL não concordou com nada disso. Passada a Campanha Salarial, a empresa aparece com uma proposta, a primeira a nível

nacional que se propõe resolver a questão.

É proposto que todo empregado entre com uma ação reivindicando o reconhecimento pleno de todos os seus direitos, ainda esse mês. Para aqueles que já possuem ação na justiça a ELETROSUL oferece o reconhecimento dos direitos da metade do período em que o empregado entrou com a ação. Para os outros o pagamento será retroativo a 1º de novembro. Depende de cada empregado contratado a decisão de concordar ou não com a proposta da Empresa.

Intersindical discute pendências com CELESC

Na semana passada a Intersindical esteve reunida com o Diretor Administrativo da CELESC, para discutir a regulamentação de três cláusulas do Acordo Coletivo. Foram discutidos o auxílio-creche, auxílio-estudante e auxílio-excepcional. Amanhã (quinta-feira), a Intersindical terá uma nova reunião com o DA para definir as narrativas relativas a questão.

Florianópolis:

Sindicato tem nova sigla

Se alguém ligar para o Sindicato de Florianópolis e ouvir um "Sinergia, bom dia", pode ficar tranqüilo que não telefonou para outro número. É que o novo estatuto (art. 1º, parágrafo 2) criou uma sigla para a entidade: Sinergia. Antes a sigla usada era STIEEF, que nunca ninguém conseguiu utilizar.

Mas Sinergia, que a primeira vista pode não agradar, é também uma palavra com um significado importante. Segundo o dicionário Aurélio, sinergia é o "ato ou esforço coordenado de vários órgãos na realização de uma função". Ou seja, Sinergia quer dizer união!

Oposição ganha liminar contra chapa de Magri

Desde que foi anunciado, o resultado das eleições no Sindicato dos Eletricitários de São Paulo foi contestado pela chapa de oposição, apoiada pela CUT. A diferença de 2.021 votos para a chapa vencedora era explicado pela violação e adulterio de 14 urnas. O caso foi parar na Justiça de São Paulo, que concedeu uma liminar para a chapa de oposição e requereu o exame fototécnico das cédulas.

Não foi possível realizar o exame pois a corrente de Antonio Rogério Magri, desrespeitando as normas vigentes, incinerou as cédulas. A justiça vai prosseguir com o processo.

ELETROSUL:

Sindicatos discutem a gratificação de férias

Na próxima segunda-feira, dia 18, a Intersindical estará reunida com a direção da ELETROSUL para discutir a questão da Gratificação de Férias. Os Sindicatos vão saber se a Empresa já sanou o problema de caixa que dizia ter para os meses de verão. A Intersindical quer garantir o pagamento conforme foi combinado no Acordo Coletivo.

Retrospectiva 89 no LINHA VIVA especial da próxima semana

CELESC vende ilusões aos empregados em forma de ações

A CELESC está lançando o programa "celesquiano acionista". Em seu jornal de novembro (nº 7) a Empresa tenta mostrar "as vantagens de ser sócio do patrão", garantindo que os empregados da CELESC vão ser os primeiros a ter acesso às ações que a Empresa lançará no mercado. Mas por trás disso tem muita coisa que precisa ser desmistificada.

A CELESC diz que esta "democratização do capital" é uma coisa revolucionária, mas na verdade não é nenhuma novidade. Esta idéia surgiu juntamente com a proposta dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), que na Empresa receberam o nome de Comissões Mistas. O objetivo disso é mascarar uma contradição insuperável do capitalismo, a divisão capital/trabalho. Geralmente os empregados têm acesso a um percentual mínimo das ações (e a CELESC não falou nada sobre este percentual), sendo a "sociedade com o patrão" uma ilusão.

Se a vontade da CELESC fazer de seus empregados "parceiros" fosse sincera, ela não se oporia em todas as campanhas salariais a conceder ganhos reais e produtividade compatíveis com o desempenho dos empregados, como vem ocorrendo.

Antes de falar em democratizar o capital da Empresa, a "gestão participativa" deveria se preocupar em democratizar a sua administração. Que tal a aplicação do Plano de Carreira conforme a proposta dos empregados? Que tal parar de perseguir os empregados que têm reclamação na Justiça? Que tal pagar salários mais justos? Que tal um pouco de transparência administrativa?

A venda de ações aos empregados é demagógica. Quem construiu a CELESC foram os celesquianos, portanto eles não precisam pagar, comprando ações, para ter direito aos frutos do desenvolvimento da Empresa, aos frutos do seu trabalho.

A CELESC cita em seu jornal exemplos de outras empresas que "democratizaram" o seu capital no setor privado. No entanto, ninguém ouviu falar que esta iniciativa tenha melhorado as condições de vida e trabalho dos empregados da Gerdau ou da João Fortes Engenharia, que são as firmas citadas.

A "democratização do capital" é uma teoria administrativa que faz parte do ideário neoliberal. Apesar de ter a embalagem da modernidade, tudo que ela quer é conservar o lucro dos donos do capital, concedendo farelos aos empregados, para que eles tenham a impressão de que também estão comendo o bolo.

Desmentido II

Resguardando a natureza democrática deste jornal, publicamos a carta enviada ao Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis por um empregado da ELETROSUL que não é sindicalizado na referida entidade. A carta diz respeito a uma nota publicada na edição anterior deste veículo. Salientamos que com esta publicação consideramos encerrada a polêmica, uma vez que o sindicato não fez nenhuma acusação, e sim pediu esclarecimentos sobre uma acusação que teria sofrido; tendo a pessoa envolvida negado a acusação, não há razão para delongas. No entanto, advertimos os eletricistas para o fato de que as atitudes que motivaram o desmentido representam um desrespeito à categoria, às assembleias e às entidades que compõem a Intersindical. Os interesses que alimentam este tipo de polêmica são contrários aos dos eletricistas, só podendo ser caracterizados como divisionistas.

Florianópolis, 7 de dezembro de 1989

Ao
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis
Prezados Senhores,

Solicito publicar na íntegra na próxima edição de seu jornal LINHA VIVA a correspondência a seguir, a respeito do "Desmentido" publicado no nº 79 do referido jornal em 06.12.89, que faz referência à minha pessoa, mantendo o princípio democrático e institucional do direito à resposta.

No dia 28.11.89 fui convidado pelo Sr. Mauro Passos a comparecer na sede deste sindicato para fazermos uma reunião. Não fui informado a respeito do assunto a ser tratado nem procurei sabê-lo, pois julgava que trataríamos sobre a Taxa de Reversão Sindical, sobre a qual havia levantado algumas questões na última Assembleia.

Ao iniciarmos a reunião, da qual participaram os membros do Sindicato, o Sr. Mauro Passos manifestou que tomara conhecimento de que eu andava afirmando que o desconto da reversão sindical do acordo 89/90 seria utilizado na campanha do PT.

Fiquei surpreso e perguntei-lhe se aquele seria o único assunto a ser tratado, considerando-se os acontecimentos anteriores. Ele respondeu-me afirmativamente.

Como eu estava sendo acusado e solicitado a comprovar a denúncia, solicitei-lhe que me informasse, nominalmente, suas testemunhas, para que pudéssemos fazer um confronto.

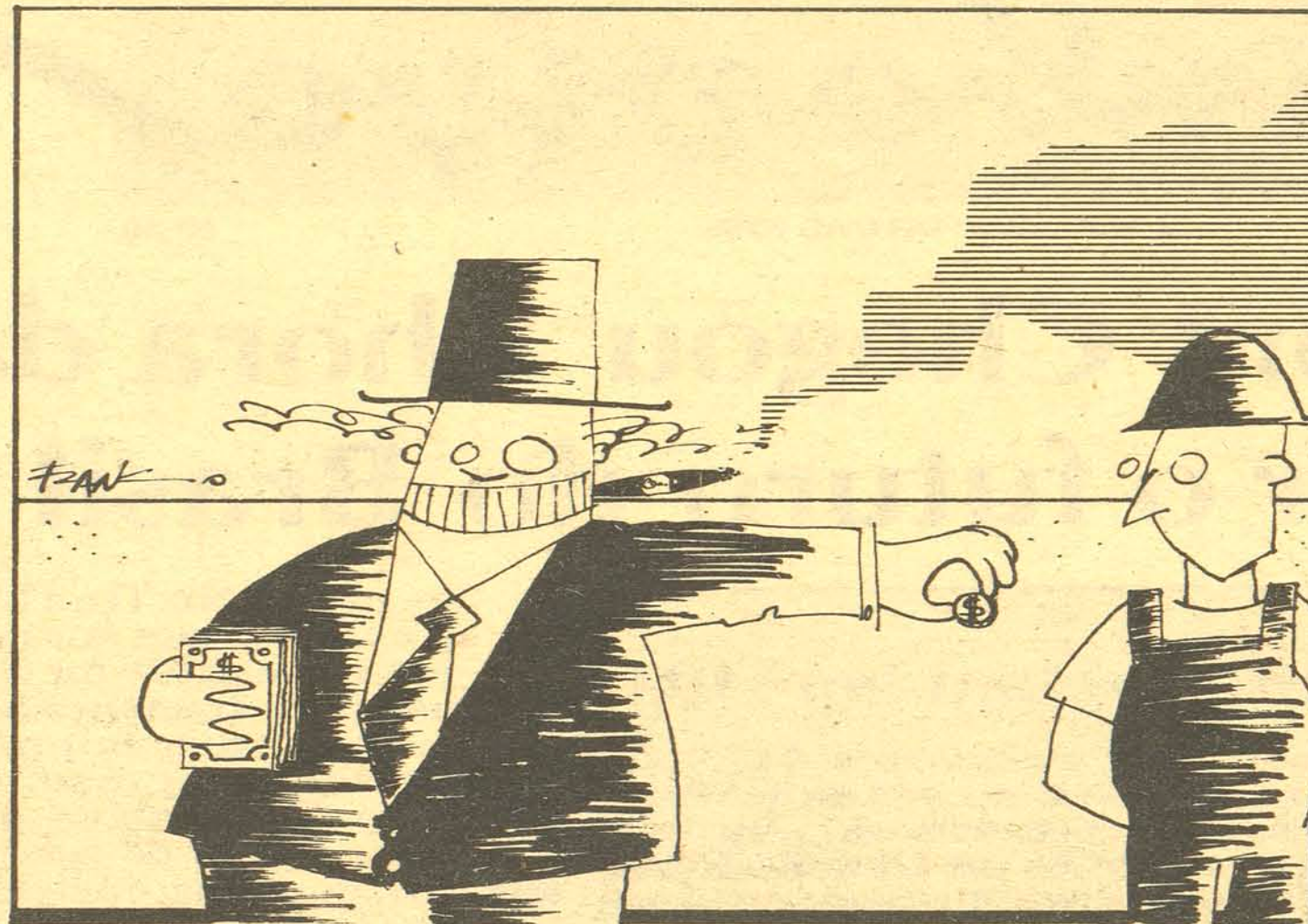
Também alertei-lhe que antes do ónus de minha defesa, estava o ónus da sua acusação.

Após uma pequena discussão, não confirmei a denúncia, mas solicitei ao Sindicato que continuasse com o seu propósito de me sujeitar a uma ação judicial.

Com a publicação do DESMENTIDO, minha posição em relação ao assunto é a seguinte:

1. EU NÃO DESMENTI NADA. Simplesmente não confirmei a denúncia. Um desmentido cabe após uma mentira e eu, em nenhum momento, menti.
2. A mim interessam as contas do Sindicato dos Engenheiros de SC, ao qual sou filiado, e da Intersindical.
3. OU O SINDICATO ME APRESENTA, NOMINALMENTE, A FONTE DE SUAS DENÚNCIAS PARA QUE EU POSSA IMPETRAR UMA AÇÃO JUDICIAL CONTRA AS MESMAS, OU ESTA AÇÃO SERÁ IMPETRADA CONTRA ESTE SINDICATO.
4. Aprendam a conviver com idéias divergentes. A pressão da ditadura já se foi e está na hora de enterrarmos a pressão ideológica.

Atenciosamente
JOSE ROBERTO RAMALHO CALLEJA



Sindicato das Secretárias falou sozinho na DRT

A Delegacia Regional do Trabalho, a pedido do Sindicato das Secretárias de SC, convocou uma mesa redonda com cerca de 30 entidades patronais e de trabalhadores para discutir a pauta de reivindicações elaborada pelo referido sindicato. Só os representantes do Sindicato das Secretárias acabaram falando sozinhos, pois a reunião foi esvaziada quando se denunciou a falta de representatividade da referida pauta.

O mediador da DRT informou no início da reunião que a pauta que originalmente tinha 80 itens havia sido reduzida a oito com a concordância do Sindicato das Secretárias (sem passar por nenhuma assembleia). A reivindicação de piso salarial

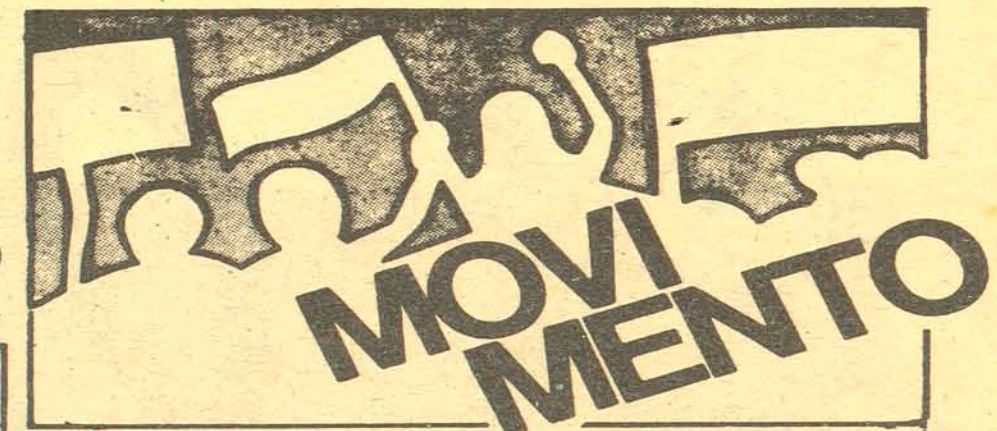
era de 5 salários mínimos, mas o sindicato reduziu o pleiteado para 3. Estes fatos, juntamente com a denúncia de irregularidades no processo de elaboração da pauta feita pelos sindicatos dos Engenheiros, Administradores e Eletricistas Fpolis (vide casos CELESC e ELETROSUL) foram suficientes para que a reunião perdesse o sentido e o Sindicato das Secretárias caísse no ridículo.

Pior do que isso, é que a maioria das entidades presentes sequer têm secretárias. Assim, a iniciativa da diretoria cartorária do sindicato viu frustrada mais uma iniciativa que buscava mais benesses pessoais do que vantagens para a categoria das secretárias.

Leituristas têm vínculo reconhecido

O Tribunal Regional do Trabalho reconheceu o vínculo empregatício de mais 39 empregados que prestavam serviço a CELESC na condição de contratados. A vitória foi obtida, desta vez, pelos leituristas.

Esta é mais uma comprovação da ilegalidade do regime de locação de mão-de-obra. Quem entra na Justiça geralmente ganha a ação, passando a ter os mesmos direitos dos demais empregados da Empresa.



CPFL

O Sindicato dos Eletricistas de Campinas (SP) encaminhou à Assembleia Legislativa de São Paulo as provas de que a direção da Companhia Paulista de Força e Luz — CPFL — usou dinheiro público para articular a criação de sindicatos "fantasmas" em cinco cidades do interior paulista.

A CPFL estava tentando criar entidades confiáveis para confundir e dividir os eletricistas durante a campanha salarial deste ano. A disposição da categoria é levar a denúncia às últimas consequências, doa em quem doer.

Previdência

Depois de uma paralisação de 30 dias, previdenciários de todo Estado retornaram dia 11 ao trabalho. A categoria resolveu acompanhar o indicativo nacional após a conquista da liberação dos dirigentes sindicais, reversão das punições aplicadas em greves anteriores e nesta, possibilidade do pagamento de 26% de reajuste em janeiro fora o IPC integral e 10,07% referente ao resíduo de perdas salariais de 89. Desde segunda os postos de atendimento médico estão reabrindo as consultas adiadas e liberando novos atendimentos.

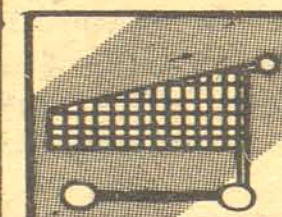
INDICADORES DO DIEESE

01/08/89 a 31/08/89



AUMENTO DO CUSTO DE VIDA POR FAIXA SALARIAL

- 1 a 3 Salários - 48,10%
- 1 a 5 Salários - 46,93%
- 1 a 30 Salários - 46,99%



CESTA BÁSICA DE FLORIANÓPOLIS

- NCz\$ 361,43



SALÁRIO MÍNIMO NECESSÁRIO

- NCz\$ 3.323,01